

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Literatura Brasileira

Total de créditos necessários para conclusão do Curso: 24

Duração: 12 a 24 meses

Inscrições: nos meses de dezembro e julho

Literatura Infantil

Total de Créditos necessários para conclusão do Curso: 24

Duração: 12 a 24 meses

Inscrições: nos meses de dezembro e julho

Ensino da Língua Portuguesa

Total de créditos necessários para conclusão do Curso: 24

Duração: 18 meses

Inscrições: durante o mês de dezembro

Público Alvo: candidatos com Licenciatura Plena em Letras ou áreas afins.

Documentos para inscrição:

2 Fotos

Xerox da Certidão de Nascimento ou Casamento

Xerox do Diploma de Graduação

Xerox do Histórico Escolar da Graduação

Xerox da Carteira de Identidade

Xerox do CIC

Curriculum Vitae

Taxa de Inscrição

Informações: fone – (51) 3320.3676

As múltiplas faces da especularidade

Lúcia Arantes*

A especularidade é um dos processos dialógicos propostos por Cláudia Lemos (1981-1982) como descritivos e explicativos das mudanças que ocorrem na fala da criança durante a aquisição de linguagem. Trata-se de um conceito que é introduzido com base na constatação empírica de que a aquisição da linguagem não se dá num "vácuo lingüístico" (Lemos, 1981). Ou seja, de que a fala da criança vem da fala do outro e de que há, portanto, uma relação formal entre os enunciados da criança e o do adulto.

De fato, em 1982, a especularidade foi definida como processo de "incorporação pela criança de parte ou de todo enunciado adulto" (p. 113) e entendida como fundante/determinante da entrada da criança na linguagem. Pode-se dizer que sua centralidade e importância teóricas estão relacionadas a essa dupla atribuição – de ser "a porta de entrada" da criança na linguagem e de ser "constitutiva do diálogo" (1985, p. 29). Quer dizer, a especularidade articula "fala da criança" e "interpretação do outro". Disso decorre seu assento teórico particular – distinto seja do inatismo, seja do empirismo.

É importante assinalar que a especularidade, desde o início, foi entendida como processo distinto da imitação que, no interior das teorias de aprendizagem, correspondia à reprodução, pela criança, de *um comportamento do adulto*, visto como modelo. Em *On specularity as a constitutive process in dialogue and language acquisition*, de 1985, Cláudia Lemos esclarece que a especularidade estava relacionada, em última instância, à noção de "reflexo" ou "espelho" formulada por Baldwin e reinterpretada pelo jovem Piaget em *Logique génétique et sociologie* (1928), como "imitação recí-

* PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

proca".¹ A idéia de imitação recíproca, ao ressaltar a face reversível da imitação, atestada nos dados de aquisição, permitia considerá-la como "processo constitutivo" – e não de aprendizagem –, pois colocava em cena uma criança que tem sua fala refletida na do outro, no espelho, e não um aprendiz (frente a um modelo) dotado de capacidade analítica para eleger o que imitar da fala de seu interlocutor.²

A especularidade encontra sustentação nessa noção de "reflexo", de "espelho" porque diz do jogo dialógico, de incorporações mútuas entre a fala da mãe e a da criança. Importante é que não se trata de reprodução e sim de repetição, que implica sempre diferença; ou melhor, envolve um jogo que imbrica mesmo e diferente. Isso porque a especularidade, diferentemente da imitação, como diz Teresa Lemos (1994), "é atravessada pelo jogo combinatório da estrutura" (p. 145). Ela articula na estrutura linguística a criança e o outro, articula a diferença entre um falante a advir e um já falante. Entende-se a razão da insistência de que esse processo é dialógico e não uma imitação de comportamento.

Como se vê, o conceito de especularidade, desde o início, foi mobilizado não para descrever os movimentos da interação social propriamente dita – como fizera Luigia Camaione (quem primeiramente utilizou esse termo) – mas para descrever a relação entre enunciados da criança e do adulto. O processo de especularidade permitiu uma análise da fala da criança (resistente à descrição categorial) como essencialmente ligada à fala do outro. Ou seja, se uma análise linguística *stricto sensu* da fala da criança, tomada "em si mesma", foi barrada, os processos dialógicos – e especialmente o de especularidade – vinham como o instrumento para uma "análise alternativa" e inseridos no arcabouço da "elaboração de uma metalinguagem" inusitada (Lemos, 1982), que representaram a possibilidade de abordar, "no diálogo", a indeterminação sintática, semântica e pragmática da fala da criança.

Uma das novidades instauradas pelo processo de especularidade é a de que ela – a especularidade – abala a noção de sujeito epistêmico, suposto na grande maioria dos trabalhos de Aquisição da Linguagem. A especularidade assinala um processo em que a palavra da criança não é da criança, está ali na sua voz mas vem de outro lugar. Afastada fica a idéia de "conhecimento", já que especularidade vem articulada à indeterminação categorial da fala da

criança. Em outras palavras, esse conceito exclui o de sujeito psicológico, de sujeito fonte de seu dizer. Nas palavras de Teresa Lemos "a especularidade [coloca] em causa o sujeito porque revela sua alienação como dimensão constitutiva, que estaria na base de todas as transformações simbólicas que sua fala opera" (1994, p. 144).

Vimos que a especularidade está articulada à alienação da criança e indiferenciação de sua fala. Porém, no primeiro tempo da teoria, tratava-se de uma indiferenciação inicial, a ser superada. Em A sintaxe no espelho, artigo de 1986, é possível notar que o "espelho" seria uma fase que levaria a criança "objetivar o mundo e subjetivar-se através do outro" que, ao espelhar o comportamento da criança, permitiria "através do que é percebido como semelhante dar conta do que é, na origem do movimento, diferente. Ou, em outras palavras, subjetivar-se objetivando-se no outro" (p. 13). Note-se que, para Wallon, autor que inspirava o trabalho de Cláudia Lemos, a indiferenciação era um momento a ser superado e, desse modo, também a alienação que, por consequência, perderia sua força constitutiva/determinante.

Se a especularidade parecia dar conta do modo de entrada da criança na linguagem, quer dizer, muito embora esse processo atestasse um fenômeno e retivesse seu valor descritivo, ele não permitia explicar a mudança na fala da criança. O erro, as produções faltosas, exigia(m) mais. Exigiam um esforço de teorização. Frente a isso, a teoria faz uma crise que motivou o "salto teórico" de 1992 (expressão de Lemos), "salto teórico" que abalou o estatuto descritivo e explicativo dos processos dialógicos mas que não retirou da especularidade nem seu estatuto de evidência empírica, nem seu peso teórico. Revisitada por uma teoria de linguagem e de sujeito, ela – a especularidade –, de fato, reteve seu marco de sustentação da diferença entre esta proposta e outras na área de Aquisição da Linguagem.

Entre a criança e o outro, Lemos interpõe um terceiro elemento – a língua – que articula especularidade à mudança.³ Como disse Mota (1995), a relação é, agora, triádica (não mais diádica). Entende-se porque não se falará mais em "processo dialógico". Quer dizer, a relação não é estritamente com o outro mas com sua fala e, nela, é suposta a língua. Lemos (1992) diz que "outro é instância do funcionamento linguístico discursivo".

Como, então, pensar a especularidade? Se a relação da criança é com a língua/fala e não com o outro como "socius" (Lemos,

¹ Piaget diz: "[...] l'imitation réciproque, c'est à dire précisément la réflexion (au sens propre) de soi autrui et d'autrui en soi" (1928, p. 168).

² Ver Wallon e *Do acto ao pensamento*, sobre o paradoxo da imitação.

³ Essa questão é discutida em Lemos (1997). Não cabe, neste trabalho, deter-me nesse ponto.

1994), o espelho para a criança é, portanto, a língua na fala (do outro). A relação da criança é com a língua/fala, insisto. Entende-se, assim, porque Cláudia Lemos propõe que se pense a aquisição da linguagem como uma questão de relação criança-língua, como posição da criança em relação à língua.

Assim, também, deverá ser (re)pensada a especularidade – como ‘porta de entrada’ na linguagem, como posição primeira da criança na língua/fala – sem ela não haverá sujeito nem fala da criança. Para falar, a criança incorpora pedaços da fala do outro e *nessa fala se aliena*. Como disse Lier-De Vitto (comunicação pessoal), isso significa dizer que a fala da criança ‘reflete’ (a) e ‘reflete-se’ (na) fala do outro. Falar em “reflexo” é falar em “espelho” e em algo que nele se reflete: “uma imagem” presa na estrutura da fala do outro; ponto mesmo de identificação/alienação da criança no espelho.

O que a criança fala está lá “refletido” na fala do outro. Por essa razão, ela pode reconhecer-se (sem se conhecer) no espelho – reconhecer sua fala na do outro. Daí que a primeira posição da criança deve ser entendida como “imaginária” (Lier-De Vitto, comunicação pessoal). Vê-se que o ponto inaugural da aquisição da linguagem ou da “captura” da criança pela linguagem, como diz Lemos (1997), é pela via do imaginário, é pela identificação com a fala do outro.

Mas, o que movimenta essa imagem do espelho e para o espelho? Cláudia Lemos nos diz: é a língua em operação que, metonimicamente faz deslizar fragmentos de uma fala a outra, operação que metaforicamente estrutura no espelho, na interpretação,⁴ o que a criança diz. Vemos nessa articulação entre língua/imagem/identificação, como diz Lier-De Vitto, a especularidade ressignificada. Vemos a articulação entre uma teoria de língua – que parte de Saussure e se aproxima de Jakobson – e uma de sujeito, iluminada pela aproximação à Psicanálise, com Lacan. Vê-se que a especularidade fala de identificação como alienação, porém, alienação, agora, “estruturante”.⁵

Porém se a especularidade encontra seu lugar de conceito na teoria e permanece como “porta de entrada” da criança na linguagem, é necessário considerar que ela faz presença em quadros clínicos complexos envolvendo crianças. Isso significa que ela de-

⁴ Interpretação é, então, restrição da deriva do sentido e da indeterminação da fala da criança.

⁵ “Estruturante” mas não “constitutiva”. A expressão “Constitutivo/a” insere a aquisição numa linha temporal, cronológica. “Estruturante”, retira do tempo e insere no espaço, no espaço, aqui, do espelho.

semprenha, também ali, um papel que merece ser investigado. Tendo em vista que tratam-se de efeitos patológicos de linguagem não se poderia ignorar que *um mesmo processo* se inscreve na fala de pacientes e remete à polaridade normal-patológico.

A insistência desse processo em fala de pacientes fonoaudiológicos, embora estruturante de uma posição na linguagem, indica um aprisionamento à fala do outro. Deve-se dizer, então, *que um mesmo processo pode produzir efeitos diferentes* – no caso, o patológico. Isso pode nos remeter ao mito de Eco (cuja indicação de leitura agradeço à professora Cláudia Lemos). Essa bela ninfa, condenada por Juno, a reproduzir eternamente a palavra do outro, foi impedida de responder a Narciso, por quem era apaixonada. De pesar, Eco passou a viver nas cavernas, sua carne secou, seu corpo petrificou. Dela, só restou a voz em eco. Voz vazia de sujeito que corporificava a fala de outro.

A presença da especularidade na fala de crianças, com patologia de linguagem, faz duvidar que ela seja uma fala. Pais de crianças, que foram atendidas na DERDIC, disseram em situação de entrevista a respeito de seus filhos: “ele não fala nada... quer dizer... ele fala, repete, mas não conversa, cê entende?”. Ou, “[...] até que o M. fala muito, mas parece um papagaio ele num comunica [...]”. Essas crianças falavam mas em suas falas havia a presença maciça de especularidade. Os pais, contudo, faziam como Narciso, não reconheciam um falante nessas falas, não se reconheciam nelas. Essas crianças estavam na ordem da linguagem mas numa prisão imaginária, não podiam “passar a outra coisa” (Allouch, 1995), a outra posição.

Esses acontecimentos são intrigantes para um fonoaudiólogo mas parece-me que eles têm se apressado em recobri-las. “Pressa”, que tem levado ao recobrimento do acontecimento clínico e à evitação de seu enfrentamento teórico. De fato, uma certa fonoaudiologia brasileira⁶ não permaneceu alheia à teoria Interacionista. Ao contrário, essa proposta gerou um movimento importante. Um efeito, não menos importante e de certo modo benéfico, dessa aproximação foi, sem dúvida, a erupção da opacidade da fala dos pacientes. Mas isso não pode produzir uma aproximação ao enigma nela implicado.⁷

Repetiu-se o sintoma da Fonoaudiologia de reduzir conceitos a instrumentos de descrição – processos dialógicos passaram a ser

⁶ Por exemplo, fonoaudiólogos da PUCSP e da PUCPR.

⁷ Cabe lembrar que o Interacionismo recuou a possibilidade de aplicação de aparatos gramaticais à fala da criança.

mecanicamente aplicados à fala de pacientes. Esvaziados de seu peso teórico, serviram apenas para atestar que eles estavam ali. Contudo, sem valor diagnóstico ou terapêutico. Porque, utilizados como uma reprodução em eco, petrificaram. Quer dizer, não puderam render uma teorização.

Dizia-se, por exemplo, em relatórios de avaliação, que a criança "era especular", ou "complementar", que ainda "não eram recíprocas".⁸ Chegava-se mesmo a dizer que as crianças eram "ora especulares", "ora complementares", ora "recíprocas". Pior que isso e mesmo risível era ouvir fonoaudiólogos dizerem que "a criança especula", que ela "não complementa". Mas, se isso foi (é) o que ocorreu (ocorre), resta ainda a indagação: "em que esses processos caracterizam a fala dos pacientes como patológicas?", "o que marca a diferença que leva crianças à clínica?".

Trago essas questões para mostrar que a fala dos pacientes foi abandonada – os processos dialógicos (subvertidos) recobriram a necessidade enfrentá-la como uma questão problemática. O uso indevido dos processos chegou a uma caricatura. Foram utilizados até para falar de terapia dos problemas de voz. Freire (1987), ao discutir o tratamento de um paciente com nódulos vocais, diz:

"O terceiro passo [da terapia de voz]... foi a construção de uma nova prática clínica, que passou a ter como foco central o papel constitutivo da voz nas interações dialógicas... Passou-se, então, a negociar o conteúdo dialógico das sessões, abandonando o trabalho específico com a voz" (p. 97; ênfases minhas).

Impossível não notar o esvaziamento conceitual dos processos dialógicos. Explicitado está, também, o abandono da questão clínica – um problema de voz por nódulo nas cordas vocais. De lado, foi deixada, exatamente, a necessária inquietação teórica que sempre movimentou o Interacionismo. De lado, foi deixado o compromisso com a fala dos pacientes. De lado, ficou a reflexão sobre o sentido da presença da especularidade (e dos processos dialógicos) em falas patológicas.

Ignorada foi a transformação teórica da especularidade e os novos tempos da teoria – a articulação sujeito-língua/fala. Como, então, sustentar uma aproximação com o Interacionismo se a aproximação foi "de fachada"? Como sustentar a diferença de inscrição da especularidade na clínica? Falta, ainda, responder sobre essa especificidade, sobre essa fala aprisionada, que não é questão para a Aquisição da Linguagem mas é para a clínica de linguagem.

A reflexão que trouxe aqui teve como objetivo mostrar a necessidade de um movimento outro, que não aquele que se traduz em colagem de termos à fala de pacientes. A aproximação a uma teoria deve render reflexão sobre o particular/singular que se apresenta para um clínico e pesquisador das patologias da linguagem (Lier-De Vitto, 1995). Talvez, a especularidade possa servir, aqui, como metáfora para falar de aproximações consistentes entre campos: ela implica, afinal, incorporação *com diferença*. Esse empenho tem sido empreendido no projeto "Aquisição da Linguagem e Patologias da Linguagem", do programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, coordenado por Maria Francisca Lier-De Vitto, na PUC de São Paulo.

Referências bibliográficas

ALLOUCH, J. *Letra a letra*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1995.

FREIRE, R. M.; BISTÃO, C. C. A disfonia funcional numa abordagem interacionista. In: FERREIRA, L. P. (org.). *Trabalhando a voz*. São Paulo: Summus, 1988.

LEMONS, C. T. G. Interactional process in the child's construction of language. In: DEUSTCH, W. (org.) *The child construction of language*. Londres: Academic Press, 1981

———. Sobre a aquisição da linguagem e seu dilema (pecado) original. *Boletim da Abralin*, 3, p. 97-126. Recife. Editora da Universidade Estadual de Pernambuco, 1982.

———. On specularity as a constitutive process in dialogue and language acquisition. In: CAMAIONI, L.; LEMOS, C. T. G. (org.). *Questions of social explanation: piagetian themes reconsidered*. Amsterdã: John Benjamins, 1985.

———. A sintaxe no espelho. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 10, p. 5-15. IEL-UNICAMP, 1986.

———. Native speaker's intuition and metalinguistic abilities: what do they have in comom from thepoint of view of language acquisition? *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 33, p. 5-14, 1987.

———. Processos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio. *Substratum I* – 1, p. 121-135, 1992.

LEMONS, M. T. *A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição de linguagem*. Tese de doutorado. UNICAMP, 1994. (inédita)

LIER-DE VITTO, M. F. Novas contribuições da lingüística para a fonoaudiologia. *Revista de distúrbios da comunicação*, v. 7, n. 2, p. 163-172, 1995.

MOTA, S. B. V. *O quebra-cabeça da escrita: a instância da letra na aquisição*. Tese de doutorado. PUCSP, 1995. (inédita)

⁸ Ou seja, processos se transformaram em "estratégias" presentes/ausentes do sujeito. Isso é uma subversão incontornável do Interacionismo.